

CAPÍTULO 5

Adolescência e juventude como categorias de análise nas pesquisas em História da Educação: contribuições teórico-metodológicas

Mônica Yumi Jinzenji
Eliezer Raimundo de Sousa Costa

Introdução

O presente capítulo tem o objetivo de problematizar a adolescência/ juventude como categoria de análise para as pesquisas em História da Educação. Buscamos contribuir para o aprofundamento da compreensão das distintas categorias geracionais no âmbito da pesquisa histórica, das quais a infância, por exemplo, como sujeito histórico e como categoria de análise, já se encontra bastante sistematizada. A adolescência e a juventude, por sua vez, embora empiricamente presentes nos diferentes espaços sociais e históricos, não têm ainda recebido uma discussão teórico-metodológica mais aprofundada nas pesquisas em História da Educação.

Apresentaremos, num primeiro momento, contribuições de autores que, a partir de distintos pontos de referência das ciências humanas, problematizam o período da adolescência e da juventude, subsidiando uma análise teórico-conceitual e metodológica com possíveis contribuições para o campo. Em seguida, tomando como referência o período pós-independência até o final do século XIX, faremos a análise crítica de algumas fontes correntemente utilizadas nas pesquisas em História da Educação, tais como: os dicionários

da língua portuguesa e brasileira e dicionário médico, discutindo os verbetes adolescência, juventude e correlatos; a legislação imperial brasileira especificamente no que se refere às idades correspondentes à adolescência e juventude; por fim, jornais publicados no período, cujos títulos contêm os vocábulos juventude e mocidade, indicando possibilidades de análise em relação à temática posta.

Adolescência e juventude como construto teórico

A adolescência como etapa inexorável do desenvolvimento humano, decorrente da maturação biológica e constituída por um conjunto de características universais e naturalizadas, teria se configurado como modelo explicativo para a psicologia e áreas afins a partir da obra de Stanley Hall, *Adolescence: Its Psychology and Its Relation to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion, and Education*, publicada em 1904 nos Estados Unidos. Essa publicação mobilizou a comunidade científica gerando intensos debates e muitas críticas, principalmente pela perspectiva evolucionista, pelo determinismo biológico e, sobretudo, pelo caráter “negativo” atribuído à adolescência. Uma importante crítica a esse trabalho foi feita por Margarteth Mead a partir de seus estudos etnográficos em Samoa, em fins da década de 1920, segundo a qual as condutas dos adolescentes guardam relação com a cultura e o ambiente social em que se desenvolvem (MEAD, 1967). Mead contribui para desnaturalizar, sobretudo, a essencialidade dos conflitos emocionais nas vivências dos adolescentes, que eram tidos como constituintes dessa etapa da vida. Nesse mesmo período, em perspectiva semelhante, os primeiros estudos de Lev Vigotski, que constituem a tese central de toda a sua teorização sobre o desenvolvimento psicológico, defendem a construção social e histórica do psiquismo humano, refutando as explicações universalizantes para o seu desenvolvimento. As funções psicológicas superiores, a exemplo da memória, raciocínio e imaginação, seriam resultantes da internalização e ressignificação das referências culturais, operadas pelos sujeitos participantes de determinado meio social, havendo a língua, importante papel nesse percurso (VIGOTSKI, 1984; 1989).

Karl Mannheim, em *O problema das gerações*, publicado em 1927, contribui para esse debate ao tratar de forma sistemática as gerações como problema sociológico. As gerações seriam resultado de processos de socialização e, desse modo, o pertencimento a um mesmo estrato cronológico em um determinado contexto temporal não configuraria, por si só, uma geração; seria necessário o compartilhamento de uma mesma problemática histórica, de uma experiência coletiva comum. Ainda segundo o autor, jovens unidos por essa vivência comum, chamada de “link geracional”, podem formar subgrupos que elaboram as experiências comuns de formas diversas, constituindo “unidades de geração” no interior de um mesmo link geracional.

Essas são perspectivas que conduzem a análises multifatoriais dos processos geracionais e contribuem para a complexificação da adolescência e juventude como categorias de análise. Apesar dessas reflexões estarem presentes nas diversas áreas das ciências sociais já em fins da década de 1920, segundo Garelli e Orffi (1997), a discussão sobre a condição juvenil só ganharia densidade na produção acadêmica ocidental a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando passou a ser sustentada por uma rica e diversificada base empírica. Os estudos históricos sobre a juventude, feitos até então, além de rarefeitos, possuíam caráter generalista e abstrato. Nas últimas décadas do século XX, a juventude passou também a ser tematizada nas publicações periódicas científicas e as primeiras problematizações, que se apoiavam na relação entre especificidades histórico-culturais em contraponto às dimensões fisiológicas, começavam a se desdobrar em outras: as condições que tornaram possível a eventual produção da juventude; as imagens dos jovens nas diversas sociedades; os critérios utilizados para defini-los nos vários momentos históricos; a forma como se delineavam no tempo e nas várias épocas históricas, as relações entre gerações e as dinâmicas entre pais e filhos; e, por fim, se haveriam, afinal, características que configurassem os jovens como um grupo social homogêneo, ou seja, se a adolescência e a juventude seriam experiências universais.

As referências a partir das quais são elaboradas essas e outras questões para se compreender os jovens na história, segundo Sorcinelli e Varni (2004), indicam que tal problemática é sempre mediada por categorias conceituais dos adultos, ao menos duplamente. O primeiro sentido é similar à pro-

blematização metodológica relacionada às pesquisas sobre a história das crianças e da infância, a história das mulheres, entre outros: os vestígios, testemunhos e documentos eventualmente relacionados aos jovens são produzidos, em sua maioria, indiretamente, sem se considerar que muitas vezes são excluídos ou ignorados. No segundo sentido, esses testemunhos históricos são o apanágio de especialistas, os quais já tiveram sedimentada e ressignificada as próprias experiências juvenis. Tais observações, que certamente não são exclusivas do objeto de estudo em questão, são apresentadas aqui, para pontuar os limites e possibilidades das fontes que indicaremos para o exercício de análise proposto, mais adiante no texto.

Em relação à construção da juventude como fenômeno social, segundo Mitterauer (1991), as sociedades pré-modernas ocidentais não possuíam condições sociais e linguísticas ou possuíam características que não condicionaram à percepção da juventude como momento da vida com especificidades, apresentando três argumentos: a existência de “ritos de passagem”, nas sociedades antigas, transformavam a mudança de papéis e de status na sociedade em um processo programado e, de certa forma, objetivo; a menor percepção da diferença entre crianças e adultos à medida em que se recua no tempo (citando o estudo clássico de Ariès, 1978); por fim, a inexistência de um vocábulo que designasse os sujeitos que se distinguiam das crianças e também dos adultos, o que possibilita deduzir que tal diferenciação não era tida como relevante e nem, portanto, necessária. Tal linha argumentativa, que destaca o anacronismo em conceber fenômenos sociais do passado a partir de categorias conceituais do presente, contribui para uma importante distinção epistemológica, já apontada por Demos & Demos (1969), que constitui na necessidade de se diferenciar a adolescência como “ideia” e como “fato”, não se devendo tratá-los como equivalentes. Em outras palavras, os estudos históricos sobre os jovens devem ser considerados como exercícios de análise de fenômenos sociais que, a depender do contexto e do período analisado, possuem correspondentes linguísticos e semânticos em relação ao momento de realização da pesquisa, que possuem maior ou menor consistência. Havendo a devida crítica dos limites metodológicos, no entanto, estudos que remontam a um período pré-moderno não perderiam a sua validade.

Entre os estudos históricos sobre a juventude produzidos a partir de 1980, a obra coletiva *História dos Jovens*, em dois volumes, coordenada por Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (publicado em 1994, traduzido e impresso no Brasil em 1996) foi provavelmente a mais difundida no Brasil. A coletânea reúne estudos sobre os jovens em diferentes momentos e contextos da história do ocidente, da antiguidade à década de 1950, mobilizando fontes diversas: iconografia, documentos criminais, correspondências, poesias, romances de cavalaria, entre outros. Entre as principais problematizações metodológicas postas pelos organizadores está o próprio recorte geracional, que consiste no trabalho de delimitar tanto o início quanto o final da juventude; por se tratar de um construto histórico e social, é um exercício acadêmico de pouca precisão e estabilidade. Pensar a juventude como categoria histórica requer que analisemos, por exemplo, se a demarcação cronológica constitui referência para outras temporalidades históricas e, além disso, que outras referências podem ter sido significativas para se compreender a juventude nos distintos momentos históricos e circunstâncias culturais em que esses sujeitos se fizeram presentes. Essa imprecisão e instabilidade nos leva a considerar, neste estudo, a adolescência como uma fase constituinte da juventude, ou seja, podem ser vistas como equivalentes ou como prolongamentos uma da outra, devido à difícil delimitação de suas fronteiras, se é que existem. Tal recurso serve também para evitarmos a atribuição de centralidade à dimensão fisiológica para a adolescência sem, no entanto, abandoná-la como uma das referências significativas para a transição da infância para a adultez¹²². Mas trata-se, também, e principalmente, de uma questão linguística e semântica aos moldes da discussão proposta por Mitterauer, de que o presente comportaria um espectro mais complexo do fenômeno, que não possui equivalentes no contexto histórico em análise, ou seja, o século XIX.

Levi e Schmitt problematizam, ainda, o caráter de transitoriedade da juventude. Segundo os autores, se por um lado há uma tendência em se

122. Aqui nos referimos, por exemplo, à virilidade como valor que constitui os modos de sociabilidade masculinos em diversas maneiras ao longo da história, como nos duelos, nas competições atléticas. Ver a coleção *História da virilidade*, em três volumes (VIGARELLO, COURBIN & COURTINE, 2013) e a *História dos Homens*, organizado por Priore e Amantino, 2013.

analisar a juventude e o lugar do jovem na sociedade como “em trânsito”, provisório, em preparação, por outro, essa condição provisória é parte do próprio processo de existir. Nesse sentido, “Mais apropriadamente, os indivíduos não pertencem a grupos etários, eles os atravessam (1996, p.9)”. Pode-se dizer, então, que o que diferenciaria o jovem da condição infantil, nessa questão, seria a percepção da própria transitoriedade, da capacidade de refletir sobre ela e significá-la.

Ao analisar os estudos que tematizam a juventude na perspectiva histórica, Garelli e Orffi (1997) identificaram grandes tendências interpretativas, que podem ser agrupadas em quatro categorias analíticas:

- 1) o jovem como sujeito para ser educado e formado, ou seja, um sujeito aprendiz subordinado a um tutor, aquele que necessita aprimorar conhecimentos e habilidades para conquistar autonomia e um status mais qualificado;
- 2) o jovem como problema social, marcado pela delinquência e comportamentos limítrofes, desviantes mas, também, protagonista de contestações que possam resultar em importantes transformações¹²³;
- 3) o jovem como possuidor de energia a ser canalizada, correspondendo tanto a imagens ditas “positivas” (a exploração, pela publicidade, que produz demandas e oferece produtos, gerando tendências de consumo entre os jovens) quanto “negativas” (manipulação da grande massa jovem pelo regime nazista);
- 4) o jovem como categoria moral ideal, na medida em que se atribui juízo de valor especificamente a essa etapa da vida. A depender dos valores de determinada cultura, essas atribuições podem ser mais ou menos valorizadas, mais ou menos toleradas, como quando se associa a juventude à incompletude,

123. Como alternativa para conceituar, ou buscar uma definição para o termo juventude, Luzzatto (1996) remete à Revolução Francesa. A partir das lutas que então se travaram, tanto no fim do século XVIII, quanto nas outras que se desenrolaram pelo menos até meados do XIX, ou especificamente na França, até a Comuna, o destaque foi a participação de uma geração que se inspirava no artigo 28 da Declaração dos Direitos do Homem de 1793 que dizia “uma geração não pode sujeitar às próprias leis as gerações futuras”. Para o autor, foram jovens os que escalararam as barricadas ou aderiram aos movimentos de protesto político, assim como os rebeldes e revolucionários que, independentemente de sua idade, sentiram-se jovens, e como jovens combateram. Esse despontar da juventude protagonista, que Luzzatto objetou advertindo que historiadores da área têm demonstrado que não eram tão jovens assim os revolucionários de 1830 e de 1848, exibiu um mundo em que as hierarquias consolidadas estavam em crise. A fim de disciplinar essa juventude, a solução seria a moratória, remetendo esse grupo social à instrução e ao serviço militar.

superficialidade, adesão acrítica à moda, inconstância, veleidade, vivacidade, frescor, imediatez, ausência de contaminação.

Algumas características dessa produção historiográfica, no entanto, são pontuadas como produtoras de estereótipos reducionistas e limitantes, como o fato de a história dos jovens aparentemente coincidir com a história de jovens das classes elevadas, como se a juventude fosse privilégio da aristocracia, além de aparentar ser um fenômeno urbano e majoritariamente masculino (GARELLI & ORFFI, 1997; MITTERAUER, 1991; CARON, 1996). Mitterauer faz uma crítica enfatizando, ainda, que as representações históricas sobre a juventude tendiam a privilegiar a história do estudante, dos movimentos estudantis, muito condicionadas à natureza das fontes mobilizadas, sendo que até o passado recente, os estudantes correspondiam a uma minoria dos jovens. Na sua crítica, aponta para a necessidade de deslocamento do “foco” para outros contextos culturais, como o meio rural, que foi cenário, por muitos séculos, da presença dos jovens. Avaliando que a pesquisa histórica sobre a juventude se encontra apenas no início, indica ainda a abordagem histórico-antropológica para se compreender a condição juvenil do passado, sempre relacionando os dois sexos, visando contornar os problemas metodológicos apontados acima, de produção de uma história masculina e aristocrática.

Buscando desnaturalizar essa narrativa centrada na escola, homogeneizante e excludente, Caron (1996) indica a importância do aprendizado profissional durante séculos, em que o termo *aprendiz* seria mais adequado que *aluno* em uma Europa, segundo ele, “imperfeitamente alfabetizada”. Mas, em função das fontes, o aluno acaba se sobressaindo ao aprendiz, chegando à conclusão semelhante à de Mitterauer; dos riscos de se escrever uma história que, de fato, se refira a uma minoria: daquela que, saindo do ensino primário, alcançou a educação secundária, rarefazendo-se ainda mais em direção ao ensino universitário. Essa minoria de alunos acessados era composta por um grupo social que tinha sua unidade vinculada à frequência de locais comuns, ao aprendizado de um saber comum, e por terem também uma origem social bastante similar. Caron (1996) destaca, ainda, a condição de outro grupo de mesma faixa etária, também de

difícil acesso em função das fontes, que, durante o século XIX, lentamente conquistava o direito à instrução: as mulheres.

Se o predomínio de fontes relacionadas a estabelecimentos formais de ensino pode privilegiar a história de determinados grupos, um outro aspecto que deve ser ressaltado é o necessário cuidado com a relativização e a não generalização automática dos casos exemplares que muitas vezes sustentam as análises. Conforme destacado por Savage (2009), os casos desviantes, como os casos de delinquência ou talentos excepcionais possuem, tanto no presente quanto no passado, a tendência a ganhar maior destaque pela imprensa, o que não significa que sejam generalizáveis para além do próprio caso.

Em síntese, o conjunto das reflexões teóricas apresentadas indica que a juventude deve ser analisada e inserida no contexto das relações interpessoais e intergeracionais, havendo papel de destaque as relações familiares. A juventude como prolongamento da adolescência parece indissociável das configurações familiares modernas, em que a identidade juvenil equivale a uma identidade não adulta e subordinada duplamente: à figura paterna/masculina e à figura do adulto (GARELLI & ORFFI, 1997; SORCINELLI & VARNI, 2004). A condição de semidependência aparece, portanto, como uma referência para se pensar analiticamente sobre os jovens nas sociedades modernas ocidentais.

Usando esses marcos socioculturais e familiares, Perrot (1991) delimitou a adolescência ao período compreendido entre a primeira comunhão e o bacharelado ou alistamento militar, para os rapazes, e o casamento, para as moças. E, ao fazer um minucioso estudo da família no século XIX, aponta as transformações nos significados e papéis dessa instituição, que acabaram por transformar também o sentido da juventude naquele contexto. Considerando as mudanças sociais derivadas da Revolução Francesa e, com elas, a quebra de algumas relações hierárquicas consolidadas, o século XIX teria assistido a alterações na estrutura familiar que acabou levando ao fim do casamento arranjado, dando cada vez mais lugar à escolha conjugal por meio do amor romântico. Para a autora, a revisão das hierarquias consolidadas fez diminuir, via de regra, a idade nubente, pois, em muitos casos, o casamento significava escapar do domínio dos pais para levar uma vida independente; o que antes marcava o fim da adolescência para as moças, passaria também a ter sentido

semelhante para os rapazes. Um desdobramento dessa mudança nos modos de constituição familiar, nas classes operárias e trabalhadoras em geral, em que os ganhos de cada membro da família tinham impacto importante no orçamento doméstico, é que o casamento precoce passaria a ser visto como uma traição.

Além da família, a escola e o trabalho devem ser considerados, igualmente, dimensões da vida social moderna que fornecem algum tipo de “status social” (MITTERAUER, 1991, p. 113) ou “enquadre” metodologicamente necessário para o estudo da juventude. A primeira como instância preparatória para o mundo adulto, nas diversas modalidades formativas, desde a infância; o mundo do trabalho que, a depender da época, compreendia o ambiente que circundava o universo juvenil e, mais recentemente, a inserção profissional passou a ser considerada como meta que prescinde de uma etapa preparatória, sendo ela, a juventude. Nessas três instâncias, a convivência intergeracional é necessária, ou seja, os jovens são tutelados pelos adultos. Entretanto, Mitterauer apresenta em destaque um quarto e último tipo de contexto socializador que participa desse enquadre da juventude, pela sua natureza específica: os grupos de pares formados pelos jovens que, em princípio, possuem função de “iniciação” e corresponde a um meio em que os jovens compartilham sentimentos de pertencimento diversos e são caracterizados pela autodeterminação e autogestão, dos quais os jovens se desligam posteriormente para seguir o mundo adulto. Esses grupos possuem características muito variadas, podendo se localizar tanto no ambiente rural quanto no urbano, vinculados a movimentos religiosos, a atividades culturais, musicais, esportivas, entre outros, possuindo em comum o status diferenciado, marcado pela espontaneidade, pela informalidade na relação com o tempo e com as normas sociais, além de possuírem referências de comportamento, de atitudes e formas de comunicação específicos.

Os estudos sobre a adolescência e a juventude no Brasil e a História da Educação

A adolescência e a juventude como objeto de estudo na área da educação no Brasil encontraram solo fértil na Sociologia e, especificamente na Sociologia da Educação, a partir da década de 1980 (a exemplo de SPOSITO,

2017; PERALVA e SPOSITO, 1997; DAYRELL, 2003; WELLER, 2011). A partir desse campo, Peralva (1997), em diálogo com Ariès (1978), apresenta as perspectivas interpretativas em torno da adolescência/juventude no campo das ciências humanas e sociais problematizando a “cristalização das idades da vida”. Segundo a autora, a percepção da adolescência e da juventude como etapa da vida resulta de um conjunto de processos convergentes, quais sejam: a constituição da família burguesa e a delimitação entre o espaço familiar e o mundo externo, que levou à construção da criança como um sujeito individualizado e objeto de atenção; a escolarização, que segrega os adultos dos seres em formação, e que acaba postergando a entrada no mundo do trabalho e, por fim, regulamentações nas legislações trabalhistas que passam a delimitar as idades e condições para os diferentes sujeitos. Decorre desse processo, a definição social de cada idade e “seu lugar no mundo” (p.18), em uma perspectiva intergeracional, na qual adultos são postos em contraste com os demais. Também para esta autora, as três dimensões privilegiadas que forneceriam o status social do adolescente e do jovem são a família, a escola e o trabalho, no contexto do mundo moderno ocidental.

Quando observamos o campo da História da Educação, o debate em torno da adolescência e da juventude pode ser localizado, na sua quase totalidade, nos estudos que analisam as instituições formais de ensino secundário. Para se ter um quadro aproximado dessa produção, no banco de teses e dissertações da CAPES, por exemplo, o termo “mocidade” resulta em 23 trabalhos da área específica; já o termo “juventude” localiza pouco mais de 6.000 trabalhos, dos quais 278 foram realizados em Programas de Pós-Graduação em História, 10 em Programas de Pós-Graduação em Educação, em perspectiva histórica (desses últimos, somente dois não têm como objeto uma instituição educativa). Já quando alteramos os termos de busca para “ensino secundário”, mais de uma centena de milhares de pesquisas são registradas, e entre elas podemos encontrar uma considerável produção da História da Educação. Esse levantamento panorâmico sugere aquilo que já foi apontado anteriormente, de que a história dos jovens está fortemente atrelada à história dos estabelecimentos formais de ensino. Talvez essa crítica não faça tanto sentido para a área da Educação, já que tradicionalmente os/

as pesquisadoras/as têm como principal referência para suas investigações, o contexto escolar e, por consequência, as fontes mobilizadas são direta ou indiretamente relacionadas a ela. Entretanto, é exatamente esse enfoque - que podemos dizer, sem excessos - “naturalizado”, que merece uma importante problematização e, aqui, podem ser destacados dois aspectos: o primeiro deles se refere à centralidade atribuída à escola como instância educativa, movimento esse de responsabilidade dos/as pesquisadores/as que formulam os problemas de pesquisa a partir dessa referência.

Sabemos que, também no Brasil, a escolarização de massa é um fenômeno muito recente, o que se acentua ainda mais se formos considerar o nível de ensino secundário no século XIX, privilégio do estrato social favorecidos economicamente. Entretanto, outras instâncias educativas ocuparam a função de formar e preparar os sujeitos para a vida adulta, tais como o trabalho, as corporações de ofício, a tutoria no ambiente doméstico, as atividades artísticas, os impressos, entre outros¹²⁴. A segunda questão diz respeito à primazia das instituições sobre os sujeitos, tendência também condicionada pela maior disponibilidade de fontes de caráter administrativo e normativo. O cotidiano, as práticas e os significados produzidos pelos sujeitos nem sempre deixam vestígios ou são de mais difícil acesso, fazendo com que a história institucional sobressaia à dos sujeitos que dela participaram.

Essas lacunas deixadas pelos testemunhos estudantis podem ser contornadas utilizando-se de outras fontes que, se até fins do século XX não possuíam o status de fontes qualificadas por não serem consideradas “oficiais”, nas últimas décadas, começaram a ser mobilizadas. Um bom exemplo seriam os romances produzidos e em circulação no período estudado, que podem apresentar indícios que possibilitam a discussão sobre os jovens, como as representações, o cotidiano. Alguns autores, como Matheus Zica (2015), que discute a produção de masculinidades por meio dos romances de Bernardo Guimarães e Juliana Melo (2013), que analisa, por meio de romances, o papel da família na constituição leitora e escritora de Pedro Nava utilizam fartamente as fontes literária em suas pesquisas e, ainda que não tivessem a preocupação em discutir sobre as gerações, demonstram a fertilidade ao

124. Ver também Fonseca (2016) e Manke & Galvão (2018) e Jinzenji; Galvão & Melo (2017).

explorar essas fontes. Na mesma direção, diários, cartas, autobiografias e memórias escritas e produzidas pelos sujeitos em sua juventude ou mesmo aquelas obras que retratam a vivência juvenil possibilitam a análise de aspectos dessa etapa da vida. Em sua tese de doutorado, Helder Pinto (2015) analisa o cotidiano da mocidade de Diamantina na passagem do século XIX para o XX, e a dimensão educativa presente nas interações com os grupos de convívio, nos rituais e rotinas dos quais participavam, utilizando-se, para isso, de autobiografias, fotografias e jornais. Da mesma forma, por meio de diários, Maria Cristina Gouvêa (2019) analisa as vivências escolares, familiares e sociais mais amplas, além de significados produzidos por meninas-moças na passagem do século XIX ao XX, no contexto urbano mineiro. Eliane Marta T. Lopes (2017), por sua vez, reconstrói aspectos das experiências juvenis de Constância Guimarães por meio de cartas trocadas com familiares. Esses/as jovens, indiretamente, opinam sobre experiências escolares, criticam métodos, leituras, mas também revelam a importância de alguns estudos, conteúdos esses dificilmente acessíveis por meio de fontes institucionais. Por outro lado, também indicam dimensões da vida social que, diversas às experiências formais de ensino, teriam sido relevantes na constituição de modos de ser, agir e pensar.

Segundo Caron, no século XIX francês, a juventude pouco se expressava por meio da escrita, e quando o fazia, era por meio dos trabalhos escolares. Esses, tomados como fontes, quando encontrados, se destinariam de forma mais objetiva ao estudo do funcionamento e da ideologizada instituição, posto sua submissão às normas escolares. Para contornar essa limitação e acessar o estudante, indica o uso de fontes indiretas, como o diretor da escola, ou o superior (quando escola religiosa), o pai ou o tutor, o policial ou o juiz, o jornalista ou o romancista. Por meio desses discursos indiretos, o mundo juvenil se tornaria mais acessível. Trata-se, portanto, de deslocar o olhar para novas fontes, no esforço de apreender o pertencimento geracional dos sujeitos, em diálogo com os de gênero, etnia e a origem social, tal como apresenta Mary del Priore (2016) na coleção de sua autoria, *Histórias da gente brasileira*. A autora, que inicialmente coloca a questão se, afinal, existiam adolescentes no período colonial, indica, em sequência, os vários perfis que os termos *adolescente* e *jovem* comportavam em diversos momentos da

história do Brasil. Aponta, igualmente, para a heterogênea gama de fontes passíveis de utilização, tais como os jornais, os relatos de viajantes, ilustrações, compêndios médicos, diários e autobiografias.

Conforme indicado na introdução deste capítulo, propomos, a seguir, um exercício de análise e crítica a algumas fontes que comportam discursos sobre a juventude. A escolha por analisar fontes do século XIX se deu por uma série de razões: O Império brasileiro recém-inaugurado iniciava a produção de aparatos legais para conduzir a vida civil, econômica e política, traduzindo e ao mesmo tempo produzindo lugares e papéis para o convívio social e a governabilidade; a imprensa, oficialmente instalada em 1808, já se encontrava em fase de amadurecimento e diversificava seus títulos, objetivos e públicos, resultando na publicação de periódicos voltados para a mocidade. A juventude, grupo social cada vez mais em evidência na passagem do século XIX para o XX, assumia protagonismo na escrita de periódicos, alguns deles vinculados aos colégios de ensino secundário, além de serem instrumentos dos grêmios e associações estudantis. Esses diferentes discursos produziram representações sobre a juventude, condicionando práticas.

Ao propormos uma análise crítica das fontes, parece-nos essencial iniciarmos com o léxico a partir do qual podemos pensar a categoria geracional em estudo. Para isso, problematizamos, como ponto de partida, verbetes presentes em dicionários que tiveram ampla circulação no Brasil no século XIX, entre eles um dicionário médico.

Sobre o léxico: adolescência, juventude, mocidade.

Antes de partirmos para a consulta aos vocábulos que designariam os nossos “sujeitos”, apresentamos os dicionários como fontes que, como qualquer outra, não devem ser consideradas como retrato da realidade, ou seja, como “retrato da língua” de uma época, mas como portadoras de “repertórios elegidos” (LIMA, 2012, p.68). O elenco representa dicionários que circularam pelo Brasil durante o século XIX.

O *Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado em 1789 em Portugal, de autoria do brasileiro Antônio de Moraes e Silva, circulava no Brasil desde o século XVIII, e é o primeiro dicionário monolíngue do português. Teve sete

reedições ao longo do século XIX (1813, 1823, 1831, 1844, 1858, 1877, 1889), sendo considerado o mais utilizado no período (GARCIA, 2010). Como traz em seu próprio título, trata-se de uma obra revisada e acrescida do *Vocabulário Portuguez-Latino* (1712-1828), elaborado por Raphael Bluteau¹²⁵. A adaptação a partir da obra de Bluteau, que é composta por 8 volumes in-folio e dois volumes suplementares, resultou em dois volumes com verbetes mais concisos e sem os extensos comentários que o anterior possuía. Foi consultada para esta pesquisa, a primeira edição.

Em 1832 foi publicado, em Ouro Preto, província de Minas Gerais, o *Dicionário da Língua Brasileira*, de autoria de Luis Maria da Silva Pinto, originário da província de Goiás e proprietário da tipografia que o imprimiu. Entre os seus objetivos, consta o interesse em apresentar um dicionário portátil e básico com particularidades da língua portuguesa falada no Brasil.

Por fim, o *Diccionario da lingua portugueza e diccionario de synonymos seguido de diccionario poetico e de epithetos*, de autoria de José da Fonseca e do teólogo português José Ignacio Roquete, que foi publicado em 1848 em Paris, tendo várias reedições, inclusive no Brasil, pela Francisco Alves. Foi pensado para ser um livro para consultas rápidas, econômico e de fácil manuseio, do qual tivemos acesso a primeira edição.

Um outro dicionário de especial interesse para esta análise e que possui um perfil diferenciado é o de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1812-1881), *Dicionário de Medicina Popular e das Sciencias Accessorias para Uso das Famílias*. O autor foi um médico polonês, que concluiu sua formação em medicina na França, e viveu no Brasil entre 1840 e 1855, tendo sido membro titular da Academia Imperial de Medicina. O seu Dicionário de Medicina Popular foi lançado em 1842, descrevendo os medicamentos populares mais utilizados à época, tanto os de origem local, incluindo os da tradição indígena, quanto europeia. Descreve também as principais doenças disseminadas pelo país, bem como as terapêuticas indicadas no tratamento, além de ser acompanhado de ilustrações. Pela sua especificidade temática e, portanto, de

125. Rafael Bluteau era um padre de origem inglesa e família francesa, educado em Paris e radicado em Lisboa desde 1668. Com conhecimento profundo da língua portuguesa, obteve apoio da coroa portuguesa para publicar o vocabulário em oito volumes in-folio e dois volumes suplementares, totalizando 7.000 páginas. A obra passou a ser referência para os dicionários que o sucederam. (LIMA, 2012).

conteúdo, não pudemos realizar uma análise comparativa por semelhança e contraste, como foi possível fazer com os demais, mas sim, discutir elementos outros mais detalhados, para além da designação lexical. Foi utilizada a sexta edição, de 1890 impressa em Paris.

Confrontando, nos dicionários de Silva (1789), Pinto (1832) e Fonseca & Roquete (1848) as definições dos principais vocábulos: adolescência e juventude, identificamos que não se fazia distinção entre eles, sendo utilizados como sinônimos; confluem para o vocábulo *mocidade*, sendo também associado a *puberdade*. O jovem também é identificado como sinônimo de *mancebo*. Segue abaixo a apresentação comparativa que permite a visualização dessa indiferenciação semântica:

Quadro 1: Quadro comparativo das definições dos verbetes: *adolescência*, *juventude* e *mocidade*, nos dicionários de Silva (1789), Pinto (1832) e Fonseca & Roquete (1848)

	Adolescência	Juventude	Mocidade
Silva (1789)	Adolescencia: Idade que se segue á puerícia, entre quatorze, e vinte e cinco anos: mocidade. (p. 53) Adolescente: o que está na adolescencia, moço, mancebo , joven. (p. 53)	Mocidade (p. 749)	A idade do moço, desde os 14 até os 24 annos (p. 92)
Pinto ¹²⁶ (1832)	Adolescencia: A idade desde os 14 até os 25 annos.	Mocidade	A idade desde os quatorze até os vinte e quatro annos
Fonseca & Roquete (1848)	Adolescência: idade de 14 a 25 annos; mocidade, juventude, puberdade (p. 39) Adolescente: o que esta na adolescência; novo, que vai crescendo. (p. 39)	Joven: mancebo , moço (p. 619)	Idade desde os 14 até os 24 annos. (p.678)

Fonte: Dicionários de Silva (1789), Pinto (1832) e Fonseca & Roquete (1848). Grifos dos autores.

126. O Dicionário da Língua Brasileira não é paginado.

O período entre 14 e 24 anos compreenderia, segundo os dicionaristas, a fase da adolescência/juventude/mocidade. Vale destacar, mesmo que pareça óbvio, que o pertencimento etário representava, (já) naquele momento, uma importante referência para estabelecer as fronteiras “geracionais”. Quanto a *mancebo*, é definido nos três dicionários como “moço de idade jovem”. Já em relação ao vocábulo *puberdade*, podemos perceber uma certa “imprecisão” no dicionário de Fonseca e Roquete, uma vez que, sendo o único que apresenta esse termo associado à adolescência, a define como “idade de quatorze anos (para o homem), e de doze (para a mulher) (p. 793). A localização da puberdade em uma idade fixa indica a correspondência com a maturação sexual que, para as mulheres, ocorreria dois anos antes em relação aos homens. E, se a puberdade coincide com o início da juventude, esta iniciaria pouco antes para as mulheres. Entretanto, em todos os três dicionários, o início da juventude e da adolescência possui o mesmo marco etário, correspondente ao masculino, criando uma equivalência generalizante entre um e outro sexo.

Quadro 2: Quadro comparativo das definições do verbete *puberdade*, nos dicionários de Silva (1789), Pinto (1832) e Fonseca & Roquete (1848)

	Puberdade
Silva (1789)	Idade em que as pessoas de ambos os sexos estão em termos de propagar e procriar. (p. 262).
Pinto (1832)	A idade de quatorze annos para o homem, e de doze para a mulher.
Fonseca & Roquete (1848)	Idade de quatorze annos (para o homem), e de doze (para a mulher). (p. 793)

Fonte: Dicionários de Silva (1789), Pinto (1832) e Fonseca & Roquete (1848).

O quadro 2, acima, possibilita a visualização da discussão sobre a *puberdade*, cuja definição de Pinto (*Dicionario da Língua Brasileira*, 1832) é equivalente à de Fonseca & Roquete (1848). Entretanto, quando tornamos à definição de Silva (*Dicionário da Língua Portuguesa*, 1789), que tudo indica que teria inspirado, em essência, as demais obras, percebemos que a ideia original se referia à preparação para a procriação e propagação, que foi substituída pela idade em que rapazes e moças estariam atingindo a maturidade sexual. Podemos dizer que foi mantido o significado de forma tácita, ao alcance da

compreensão daqueles que já tivessem vivenciado a fase, mas não daqueles que ainda passariam por ela ou nela se encontravam. Ao produzir o *Dicionário da Língua Brasileira*, segundo Pinto, para evidenciar as particularidades dos usos da língua no Brasil, eliminou-se a referência ao ato de procriação, apresentando, como substitutivo, uma informação mais “neutra”, que não faça referência à sexualidade. Os significados dessa adaptação passam pelos valores morais dos grupos interessados e envolvidos na produção de tal obra, que correspondiam ao repertório autorizado para aquele momento.

Alguns vocábulos vêm acompanhados de frases exemplos que fornecem muitos indícios para a compreensão, em maior profundidade, das palavras e ideias, por meio de seus usos. À exceção de Fonseca e Roquete (1848), cuja “economia” fizeram-nos se abster em fornecer exemplos, tanto Silva (1789) quanto Pinto (1832) apresentam quase que a mesma frase para o vocábulo mocidade: “ação imprudente, verdura da mocidade” (SILVA, 1879, p. 92); “ação imprudente da mocidade” (PINTO, 1832, p. 723). Em relação a essa sutil diferença, no caso português, podemos dizer que a imprudência vem acompanhada da imaturidade da fase (verdura); no caso brasileiro, retirou-se essa associação. De todo modo, em ambos os casos, a mocidade é apresentada e associada à insensatez e irresponsabilidade, atributos que possuíam conotação negativa.

No caso de *moço*, também há algo a ser notado: segundo Silva, “*Como quando se diz homem moço que está nos annos da mocidade. § f. Imprudente, como o são de ordinario os moços. (...) hora ella he em seus feitos tão pouco moça*” (1789, p. 92). A imprudência parece fazer parte dos atributos masculinos, não caracterizando as jovens; o exemplo utilizado para qualificar a *moça*, na última frase, parece estar indicando que uma jovem se comporta com tamanha maturidade (ou tamanha infantilidade) que não se encaixa nas expectativas para a fase em que se encontra; de todo modo, a frase é vaga, ao menos aos olhos do presente, não nos permitindo identificar se é elogiosa ou crítica à moça, mas certamente incompatível com a expectativa, contrastando com o caso da imprudência dos moços. Uma outra observação que merece ser feita é que o dicionário de Pinto (1832), que toma o anterior como modelo, não reserva exemplo para as jovens. Seria essa uma opção feita pelo caráter

prático e reduzido da obra? Ou no contexto brasileiro essa informação era considerada irrelevante?

Entre os três vocábulos, *Mocidade*, aparentemente, foi a mais largamente utilizada no século XIX, sendo utilizada com frequência para se referir a essa idade da vida durante as primeiras décadas do século XX, quando, principalmente a partir da década de 1940, a expressão *juventude* ganhou mais força, no caso brasileiro, sob forte estímulo de entidades governamentais (GOMES, 1944).

Chernoviz, em função de ser um dicionário de caráter médico, não apresenta os vocábulos *mocidade* nem *juventude*, discorrendo mais detidamente sobre a adolescência no verbete *Idade*. A adolescência seria a segunda das quatro “idades da vida”. Segundo o autor, “*Esta segunda idade da vida, que é também conhecida pelo nome de mocidade, principia com os primeiros signaes da puberdade, mais cedo ou mais tarde, e termina na mulher aos vinte e um annos, e no homem aos vinte e cinco.*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 192). Se ocupa a descrever a maturação fisiológica que ocorre em um e outro sexo, chamando atenção para os tempos diferenciados para um e outro sexo, mas também faz observações relativas às especificidades dos países frios em relação aos países chamados “intertropicais”, evidenciando a percepção de diferenças devidas a questões climáticas e socioculturais. Sendo ele próprio originário do continente europeu e tendo vivido no Brasil durante 15 anos, certamente acumulou observações para construir modelos explicativos específicos para os jovens e as jovens do Brasil.

Ja mencionei que os climas quentes apressam o desenvolvimento da adolescencia. Assim, nos **paizes intertropicaes** principia aos dez ou doze annos; alguns exemplos provam mesmo que póde ser ainda mais temporã, entretando que nas **regiões vizinhas do polo** a puberdade não se declara senão aos dezeseis ou dezoito annos nas meninas e aos dezenove ou vinte nos rapazes. Observemos que em todos os climas a exposição ao sol, **uma situação elevada**, a influencia de um ar vivo e puro, a abundancia das cousas necessarias á vida, um exercicio moderado e a **ausencia de trabalhos mui pesados**, são outras tantas causas que aceleram a época da adolescencia, e exaltam os phenomenos que

a acompanham. A puberdade é menos temporã nos **habitantes das roças**, subtrahidos em parte a todas as excitações, taes como os bailes e theatros, uma alimentação estimulante, a cultura das bellas artes, etc., que anticipam nas **grandes cidades** a epoca marcada pela natureza. (CHERNOVIZ, 1890, p. 192) [grifos dos autores].

Ao que tudo indica, Chernoviz teria testemunhado o desenvolvimento mais precoce dos sinais da adolescência no Brasil em relação à Europa, observando ainda especificidades nos modos de vida no campo e nos meios urbanos. Chama a atenção a expressão “trabalhos mui pesados”, no contexto de meados a fins do século XIX, em que o trabalho escravo era uma realidade disseminada por todo o Império¹²⁷, somado a uma grande massa de pessoas livres e pobres, em contraste com as expressões culturais “excitantes”, como os bailes, teatros, alimentação estimulante e cultura das belas artes, atividades essas que faziam parte das pessoas com “condição mais elevada”. Esse contraste social e cultural não poderia deixar de ser notado como influência para o desenvolvimento da adolescência que, para o autor, corresponde não somente às mudanças físicas e fisiológicas, mas também às de caráter psicológico e comportamental.

Em sua descrição sobre as características gerais da adolescência, vários elementos problematizados na primeira parte deste texto estão presentes, tais como a ideia de transição, de fase de constituição e aperfeiçoamento, que precisam ser observados e dirigidos em “justos limites”. A educação é, portanto, para o adolescente, de fundamental importância para o seu desenvolvimento, sob o risco de deteriorar-se pra sempre.

Esta época, que é sobretudo a das graças e da belleza, é tambem a idade das illusões da vida. O adolescente, entregue ás mais doces esperanças, principia, por assim dizer, uma nova existencia, e o encanto d'ella se diffunde sobre elle mesmo e sobre tudo quanto o rodeia.

127. A primeira edição do Dicionário de Chernoviz é de 1842. Entretanto, consultamos a edição de 1890, momento imediatamente posterior à abolição do trabalho escravo no Brasil. Não foi possível, para o presente estudo, verificar se essa observação sobre o trabalho pesado constava desde a primeira edição, se referindo, pois, principalmente aos escravos.

Os phenomenos que caracterizam a adolescencia, e se succedem durante a sua duração, **devem ser observados e dirigidos** com a mais activa sollicitude, pois que da sua apparição regular, do seu desenvolvimento normal, e da sua **retenção em justos limites**, dependerá a execução vigorosa e duravel de todas as funcções. Durante a adolescencia, a constituição dos homens aperfeiçoa-se ou deteriora-se para sempre (CHERNOVIZ, 1890, p. 192-193).

Em outra passagem, Chernoviz afirma, mais diretamente, que *“Esta idade é a que deve ser sobretudo consagrada á educação: o adolescente não tem ainda inclinações decididas; e, pela flexibilidade do seu character, sujeita-se aos preceitos que se lhe dão.”* (1890, p.195). Outras características de cunho “psicológico” se apresentariam ao mesmo tempo em plena função, mas ainda careceriam de aprimoramento: *“a actividade de todas as funcções é um dos caracteres da adolescencia: as sensações de um joven são vivas e promptas; tem uma memoria extensa, uma imaginação rica e brilhante; é mais attento do que na infancia; mas carece ainda de juizo e reflexão: e essa ausencia póde conduzir-o a muitos erros.”* (CHERNOVIZ 1890, p. 193). Quanto às características emocionais, Chernoviz acaba enfatizando as turbulências e aspectos negativos do temperamento dos adolescentes, reforçando a ideia de instabilidade.

Uma melancolia profunda e rebelde manifesta-se frequentemente nos jovens puberes, sobretudo quando, pouco confiantes em si, desesperam de jamais obter bom successo na sua carreira. Então afastam-se do mundo, tornam-se tristes, pezarosos, possuidos de ideias desanimadoras, e como atormentados por uma oppressão interior e invencivel. Póde-se facilmente combater este estado, dando-se alento aos jovens melancolicos, esforçando-se por infundir-lhes melhor opinião de si, mostrando-lhes o mundo e o futuro sob o aspecto mais risonho, sustentando seus primeiros passos, provando-lhes que não estão isolados, nem privados de um prompto apoio que os possa socorrer (CHERNOVIZ 1890, p. 194).

Percebe-se, no conjunto das descrições do/a adolescente, referências indiretas às instâncias de socialização mencionadas anteriormente, como

a educação e a vaga menção à “carreira”. Não nomeia explicitamente essas instâncias, nem mesmo faz menção direta à família, mas as relações intergeracionais estão implícitas na dependência dos adolescentes aos limites e direções fornecidos pelo outro. Diversa parece ser a tendência à melancolia, que aparentemente faz parte de uma certa “essência” dessa fase, assim como “*a branda inclinação que os attrahe um para o outro. A necessidade de amar faz-se imperiosamente sentir, exercendo grande influencia, mórmente na mulher.*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 193).

Sob influência de fatores sociais e ambientais e entre disposições maleáveis e tendências espontâneas, a adolescência foi, paradoxalmente, construída segundo Chernoviz.

Pertencimento geracional e legislação imperial brasileira

A legislação poderia pois vir em socorro da nossa imprudência na importante escolha de uma companheira. Bastaria só determinar que as filhas não tivessem dote. Esta só lei estabelecida, mudaria a face de um Estado; a educação do sexo se aperfeiçoaria, os homens procurariam cada vez mais o merecimento e o merecimento procurado se fecundaria por si mesmo. Uma inclinação recíproca veria a ser o nó da união, e esta não seria mais um vil tráfico do interesse, mas sim uma doce troca de prazeres, e socorros mútuos (O MENTOR DAS BRASILEIRAS, 1831, p. 479).

Esse trecho extraído do periódico *O Mentor das Brasileiras* (impresso em São João Del Rei-MG no período de 1829 a 1832), que critica os matrimônios baseados nos valores patrimoniais das famílias envolvidas, expressa a indignação de um jovem que possivelmente encontra incompatibilidade econômico-financeiras para esposar a jovem com a qual possui afinidade; mas indica, também, o papel da legislação na regulação da vida civil e cotidiana, nas primeiras décadas do século XIX¹²⁸.

128. Não é de nossa competência realizar uma reflexão jurídica sobre o tema, nem mesmo é o propósito deste capítulo esgotar as discussões pertinentes à história da produção jurídica no Brasil. Buscamos complexificar a correlação entre o texto legal e a vida social em

Os primeiros textos legais pós-independência possuíam ainda uma continuidade político-administrativa em relação a Portugal, ao mesmo tempo em que se buscava constituir um estado-nação independente (COSTA, 2017). Tem-se aqui o exemplo do casamento por meio do dote, trazido como herança portuguesa, que foi praticado pelas famílias de posses até fins do século XIX no Brasil, sendo seu fim, resultante não de ordenamentos jurídicos, como esperava o jovem ao redigir a matéria no jornal, mas de transformações econômicas que o tornou impraticável (NAZZARI, 2001).

Segundo Lopes (*apud* LOBO, 2017), como a legislação imperial deveria servir de orientações para estabelecer a nova ordem social, uma de suas características era a de possuir limites bem delineados e objetivos, cabendo pouca margem à interpretação. Além disso, a cultura jurídica do império possuía marca normativa e prescritiva, sendo mais voltada para a prática, visando influenciar condutas. Nesse aspecto, podemos compreender melhor a expectativa do jovem redator, para quem a mudança na lei resultaria em mudança do Estado.

O estabelecimento de limites etários para a definição de direitos civis e políticos dos cidadãos nos auxilia na compreensão de como se pensava juridicamente as etapas da vida e que representações elas carregavam. Assim como para os dicionaristas a idade de 25 anos era considerada o marco final da mocidade, essa referência etária coincide com o que prevê a Constituição Imperial de 1824, que apresenta a idade de 25 anos para que os cidadãos pudessem ter direito ao voto, assim como para assumirem funções públicas temporárias, como as de membro do Conselho Geral da Província¹²⁹. Já para os cargos vitalícios, como o de Senador, era necessário ter 40 anos. Entretanto, aos menores de 25 anos e maiores de 21 casados e oficiais militares, era concedido o direito de voto. O casamento, em particular, tinha o efeito de antecipar a maioridade jurídica da juventude com direito ao voto. Já para os “actos da vida civil”, o ingresso no mundo adulto tinha uma idade reduzida;

relação à juventude, assim como procuramos fazê-lo em relação às outras fontes analisadas no presente texto.

129. Vale frisar que o limite etário era apenas uma das condições para a participação política, pois esta era vedada aos escravos e era necessário demonstrar “probidade decente” e subsistência.

adolescentes com 21 anos de idade eram considerados aptos ao matrimônio, à aquisição de bens, entre outras atividades (BRASIL, 1831).

Destaque particular deve ser feito ao Imperador, que no texto constitucional tinha sua maioridade fixada nos 18 anos, mas que a conveniência política julgou por bem antecipar para 14 anos em 23 de julho de 1840 (ele completaria 15 anos em 02 de dezembro). A perturbação da “ordem imperial” durante os anos da regência, sobretudo na sua fase final, fez a conveniência da mudança legislativa com vistas à antecipação da maioridade.

Também as *Leis Civis* de 1858, artigo 8, definiram que a menoridade terminaria aos 21 anos completos, quando se habilitaria a pessoa para todos os atos da vida civil. Esse artigo se distingue daquele de outubro de 1831 por dispensar a pessoa com 21 anos completos de apresentação de carta de emancipação, uma vez que lhe bastaria atingir a idade para ser considerado e tratado como tal. No artigo 16, que detalha a solicitação feita pelo pretendente, delimita a idade de 21 anos para varões e 18 anos para o outro sexo. Os artigos 18 e 19 definem que o casamento realizado aos 18 anos somente habilitará o jovem a requerer o seu patrimônio se ele tiver ocorrido com a permissão do juiz, caso contrário, somente aos 21 terá acesso ao mesmo (referendado no artigo 81 que compõe a sessão que trata especificamente do casamento) (FREITAS, 2003).

Ainda no século XIX, a Constituição republicana de 1891 reduziu para 21 anos a possibilidade para se tornar eleitor, guardadas as restrições por ela definida, como o fato de ser analfabeto, mendigo, soldados de baixa patente e membros de ordens monásticas. Embora não exista no texto constitucional (de 1824 e 1881) referência restritiva desse direito às mulheres, ela era tácita e, portanto, independentemente da idade, elas não possuíam direitos políticos.

Não temos como afirmar sobre o cumprimento da idade legal pelas instâncias administrativas ou pela população em geral. Temos, ainda, que considerar a imprecisão nas condições de verificação e atestação das mesmas naquele momento histórico. Mas, cotejando com duas passagens da peça teatral “O Juiz de Paz na roça”, de Martins Pena, escrita em 1837, vemos que havia a difusão da referência etária legal, não só no meio artístico, que se utilizava dela, como na sociedade espectadora, cujo tema lhe era oferecido

não por acaso. Na primeira passagem, há uma discordância entre o juiz e um requerente, quando esse, ameaçado pelo primeiro de ser aprisionado, lembra ao juiz que a constituição não o permitiria. Para manter sua autoridade e, portanto, a ameaça ao requerente, o juiz julgou por bem revogar a constituição. A outra passagem se refere ao alistamento de soldados que devem ser enviados para compor a Guarda Nacional, que ficaria a cargo do juiz de paz. Este mandou recrutar José, que deveria ser conduzido sob guarda até a cidade, onde deveria assumir seu posto, sendo o seu condutor, Manuel João. Este, por receio que José lhe fugisse se fizesse a diligência à noite, o trancou em sua casa para concluir a condução no dia seguinte. José já estava combinado com Aninha, filha de Manuel João, de se casarem escondidos dos pais. Aninha, portanto, tendo o pretendente preso em casa, aproveitou a oportunidade e o libertou, momento em que os dois fugiram e se casaram. No dia seguinte se apresentaram aos pais, já casados. Nessa nova condição, o juiz de paz poderia liberá-lo de prestar serviço junto à guarda nacional. O juiz então, não só liberou José da obrigação, mas, diante do exposto, fez uma festa para celebrar as bodas da filha de Manuel João.

Conforme dito acima, a construção de um argumento para uma peça, baseada em disposições legais, demonstra o conhecimento e a relevância do tema no contexto em questão, além de sugerir os possíveis “jogos” para utilizá-los em benefício próprio.

Jornais dirigidos à juventude e escritos por jovens no século XIX

O início oficial da produção impressa no Brasil em 1808 foi seguido de um rápido desenvolvimento e expansão do campo que se alimentava, principalmente, até meados do século XIX, dos assuntos políticos do recém-inaugurado império. Na segunda metade do século XIX, a produção de impressos periódicos no Brasil já se diversificava, tanto tematicamente quanto em relação ao público alvo, período em que localizamos dezenas de jornais dirigidos à mocidade/juventude. Em consulta ao catálogo de periódicos da Biblioteca Nacional e da Hemeroteca Digital da mesma Biblioteca, por meio das palavras-chave “juventude” e “mocidade”, foi possível reunir os jornais abaixo, publicados no século XIX, organizados no quadro 3 por local e data de publicação.

Quadro 3: Lista dos periódicos impressos durante o século XIX que contêm juventude, mocidade e seus derivados no título

	Nome	Local¹³⁰	Período¹³¹
1	A voz da Mocidade	BA	1849 a 1851
2	Lucubrações Juvenis	Rio de Janeiro - RJ	1850
3	A voz da Mocidade: Periodico Litterario, Doutrinario e Moral	BA	1850
4	O mosquito: periódico poético e litterario dedicado as jovens fluminenses.	Rio de Janeiro - RJ	1853
5	A Folha Juvenil: Jornal recreativo, poético e litterario.	Rio de Janeiro - RJ	1853 a 1854
6	Murmúrios Juvenis	São Paulo - SP	1859
7	Hemerodromo da Juventude: periódico litterario e recreativo.	Rio de Janeiro - RJ	1861
8	Echo da Juventude	Rio de Janeiro - RJ	1861
9	O periódico da Juventude: Jornal litterario e recreativo	Rio de Janeiro - RJ	1861
10	A Mocidade: Periódico litterario	Rio de Janeiro - RJ	1862
11	Echo da Juventude	MA	1864 a 1865
12	A Juventude: Periodico scientifico e litterario	Rio de Janeiro - RJ	1867
13	A Mocidade	São Paulo - SP	1875
14	A Sentinela da instrução. Jornal destinado a acompanhar os progressos da instrução primária e secundária no Brasil e a defender os interesses da mocidade estudiosa.	Rio de Janeiro - RJ	1875
15	A Mocidade: Jornal Litterario, Critico e Noticioso	MA	1875-1876
16	Mocidade: jornal litterario e recreativo	Fortaleza - CE	1876
17	A Crença: Periodico Quinzenal Dedicado á Mocidade Vassourense	Vassouras - RJ	1877
18	Echo Litterario: Orgão da Mocidade Escolastica	Rio de Janeiro - RJ	1877
19	Mocidade: Periodico Noticioso, Litterario e Recreativo	Rio de Janeiro - RJ	1877
20	A Idea: Orgão da Mocidade	ES	1878
21	A Mocidade	Diamantina - MG	1878
22	A mocidade: Orgão Litterario	Rio de Janeiro - RJ	1879
23	Florilegio da Mocidade: órgão litterario, poético e recreativo	Rio de Janeiro - RJ	1879
24	A Juventude: Periodico Litterario e recreativo	Santarém - PA	1881
25	O livro da mocidade: periódico crítico	Cidade do Desterro - PB	1881
26	A Juventude – Orgão da Sociedade Fraternidade Juvenil	Natal - RN	1882
27	A Mocidade: Periódico Noticioso e Chistoso	Villa de S. Antonio de Jesus - BA	1882
28	A mocidade: Orgam do Club Amante do Progresso	Curityba - PR	1883
29	O Bohemio: Orgam da Mocidade	Baependy - MG	1883
30	A nossa gente pequena: Destinada á Mocidade Methodista	Juiz de Fóra - MG	1886
31	A Mocidade. Orgão imparcial dedicado aos interesses locaes	Ponte Nova - MG	1891
32	A juventude. Orgão litterario	Nicteroy - RJ	1891
33	O Echo. Periódico litterario, noticioso e recreativo, fundado por um grupo da mocidade do bairro do Engenho-Novo.	Rio de Janeiro - RJ	1893
34	O Filhote: Orgão de Aprendizage da Mocidade	Cuyabá - MT	1899

Fonte: Catálogo de Periódicos e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

130. Nem sempre era explicitada a vila ou cidade onde os periódicos eram impressos. Foram utilizadas as siglas atuais dos Estados para indicar as províncias e diferenciar das cidades, quando necessário.

131. O período não se refere ao período de produção dos periódicos, uma vez que o acervo não possui a coleção completa de todos os títulos.

A digitalização dos periódicos e a sua disponibilização para consulta online pelas bibliotecas, arquivos, universidades e pelos próprios órgãos de imprensa têm facilitado a realização das pesquisas, seja quando os jornais são objeto de pesquisa, seja quando são utilizados como fonte. Essa amostra, que certamente é lacunar e provisória, visto que novos títulos são acrescentados periodicamente, indica que a produção de jornais voltados para os jovens começou a surgir a partir da década de 1850, com o surgimento de novos títulos ao longo da segunda metade do século XIX. Isso indica possivelmente uma maior visibilidade social dessa categoria geracional a partir desse período. Entretanto, deve-se considerar que é em meados do século XIX que surgem também, em maior volume, os periódicos voltados para as famílias e para as mulheres, o que sugere se tratar de um movimento de ampliação temática próprio da produção jornalística do período.

Para visualizarmos a proveniência desses jornais, temos o quadro abaixo:

Quadro 4: Distribuição dos jornais com os títulos “juventude” e “mocidade” no século XIX por província

Província	Número de jornais
Rio de Janeiro	16
Minas Gerais	4
Bahia	3
Maranhão	2
São Paulo	2
Pará	1
Paraíba	1
Rio Grande do Norte	1
Ceará	1
Espírito Santo	1
Paraná	1
Mato Grosso	1

Fonte: Catálogo de Periódicos e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Pode-se dizer de uma dispersão da produção pelas províncias, embora nem todas as províncias mais populosas¹³² no período estejam representadas, sendo discrepante a ausência de periódicos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. São várias as explicações possíveis, tais como a não conservação dos títulos publicados, a indisponibilidade para consulta, entre outras.

Embora na maioria dos casos não haja a informação sobre a duração das publicações, possivelmente muitas delas não ultrapassaram alguns poucos números, o que também foi bastante comum durante a primeira metade do oitocentos, e indica a dificuldade técnica e financeira em manter esse tipo de publicação; mas sugere também a baixa receptividade do público leitor por assuntos ligados a essa temática.

Quaisquer que sejam as análises derivadas desse corpus, deve-se considerar os seus limites e possibilidades para representar os impressos voltados para os jovens, a juventude do período, e a participação dos jovens na imprensa periódica por meio da escrita. Entre esses limites pode-se destacar o recorte social que privilegia a juventude dos principais centros urbanos do período imperial. Nessas localidades, a produção de impressos e a circulação de pessoas (e, portanto, de ideias), de objetos, de notícias possivelmente era mais intensa; logo, a imprensa se manifestava igualmente de forma mais ativa. Além desse condicionante, essas fontes convergem representações sobre grupos escolarizados, econômica e politicamente ativos.

Para problematizar a produção jornalística da segunda metade do século XIX, optamos por duas perspectivas: as representações sobre a juventude, e o jornal como testemunho da escrita juvenil.

As representações

Na imprensa, as denominações para as distintas etapas da vida e a sua caracterização também se pautam fortemente no referencial etário, combinado com marcos socioculturais. Em um conto denominado *Os três sorrisos de Esther*, de 1881, cuja autoria declarada é “Osmany”, a vida de uma jovem é retratada com destaque a três momentos, considerados como importantes

132. De acordo com o senso de 1872.

marcos; tais marcos são de caráter sociocultural, mas balizados pelo tempo cronológico. Aos sete anos, Esther apresenta o “sorriso da inocência”, no momento em que parte de casa para estudar num colégio interno. Uma vida de total condescendência dos pais será substituída pela aprendizagem da leitura, escrita, tocar piano e fazer bordados. O segundo sorriso é o “sorriso d’alma”, acompanhada de rubor na face, que acontece aos 17 anos e três meses quando, num baile, se apaixona por um “moço de vinte e duas primaveras”. Nessa fase, as suas qualidades são a pureza e a castidade. O terceiro sorriso é o sorriso de satisfação acompanhado de lágrimas quando, aos 17 anos e 11 meses, se casa com o já referido jovem numa cerimônia religiosa tradicional. “Com esse terceiro sorriso ela disse adeus às ilusões infantis e à mocidade descuidosa; envolta no sagrado manto da mãe de família, abraçou os dogmas da sociedade.” (ARCHIVO DAS FAMILIAS, 1881, p. 4-5). Nesse conto, a “mocidade descuidosa” foi encerrada pouco antes dos 18 anos em função de seu matrimônio.

De acordo com o conto, Esther tem sua vida cuidadosamente dirigida desde a infância até a idade adulta. Cada etapa requer cuidados específicos. Por meio desse conto visualizamos a participação na sociedade como um processo de imersão gradativa no qual três instâncias exercem papel fundamental: a família, proporcionando os primeiros cuidados na infância, deixando-a fluir espontaneamente; a escola, se ocupando da “idade da razão”, oferecendo os conhecimentos necessários de acordo com os lugares sociais que o sujeito irá ocupar e, por fim, a igreja, consolidando a participação dos sujeitos, já adultos, na sociedade com regras e lugares predefinidos.

Tão emblemática quanto a explicitação dessas instâncias que marcam os ritos de passagem no transcurso do desenvolvimento de Esther é a precisão com a qual as idades são definidas. Essas definições nos dão pistas para compreender como as idades se relacionavam a determinadas características e expectativas. Desse modo, em torno de 18 anos, a adolescente estaria preparada para a vida matrimonial, para participar da sociedade no papel de mãe e esposa e o adolescente, após 22 primaveras.

Encontramos, também, *mancebo* como denominação bastante comum nos jornais, sendo ela tanto relacionada a um estudante de latim, quanto a um empregado público (LUCUBRAÇÕES JUVENIS, 1850, p. 2-4). Nessa idade, portanto, o jovem já pode estar desenvolvendo uma atividade profissional,

mas pode estar realizando estudos secundários: a escola e o trabalho como instâncias socializadoras.

No trecho de um romance de folhetim, *O pai e o filho*, publicado em 1850 no jornal *Lucubrações juvenis*, dois jovens tomam uma embarcação a remo na Baía de Guanabara. Quem conduz essa embarcação é um “velho de 40 anos”, cujas faces “enrugadas de sol denotavam uma antiga beleza” (LUCUBRAÇÕES JUVENIS, 1850, p. 3-4). Assim como nessa descrição, que representa o contraexemplo da juventude, as qualidades físicas sugerem as características físicas esperadas para um jovem, o que está ausente em Inocêncio, de 18 anos que, “a não ser um ligeiro buço que principiava a aparecer, poderia ser tomado por uma dama disfarçada de cavalheiro.” (LUCUBRAÇÕES JUVENIS, 1850, p. 2-4).

A imprensa constitui, portanto, rica fonte para o estudo das representações sobre parte da juventude, abordando seja os aspectos físicos, os emocionais e comportamentais.

A escrita juvenil

Entre os jornais reunidos e que foram analisados, encontramos aqueles escritos e dirigidos por jovens, além de serem voltados para seus pares. Nesses jornais, a denominação *jovem* aparece como autodenominação entre os redatores, como no *Hemeródromo da juventude* (1861, p.1), em que se afirma que “*Hemeródromo da juventude, nasce de três jovens cheios de esperança.*” ou no *Murmúrios Juvenis* (1859, p. 1-2): “*nós, obscuros estudantes de preparatórios... queremos mostrar ao Brasil que nós, si bem que jovens, não somos indiferentes ao progresso intellectual do Imperio de Santa Cruz.*” Pode-se perceber que o caráter de transitoriedade e de incompletude marca também a posição dos jovens sobre eles mesmos.

No prospecto do *Echo da Juventude* (1861, p.1), os redatores apresentam a expectativa de que a população, “*lendo nossos escriptos, comprehenda nelles a ambição que nutrimos de instruirmo-nos e de sermos um dia alguma cousa na ordem social.*” Aqui, o jovem se coloca em um lugar à margem na sociedade, cuja participação efetiva requer a passagem para a vida adulta, ou seja, afirma se encontrar em uma “condição provisória” (LEVI& SCHMITT, 1996, p. 9). Esse “não lugar” e instabilidade do status do jovem é por vezes

associado a turbulências, como em uma matéria em que se discute sobre o suicídio, se referindo a “jovens de imaginação ardente” (LUCUBRAÇÕES JUVENIS, 1850, p. 2-4).

No prospecto do *Periódico da Juventude*, de propriedade da Sociedade Grêmio Litterario Fluminense, aparece a crítica à desigualdade social e de acesso à educação, ausente na grande maioria dos periódicos.

“Desde já prevenimos aos nossos leitores, que os nossos trabalhos serão rudes, humildes e destituídos desses estylos pomposos, só próprios de intelligencias superiores;(…) será este - jornal - filho da juventude e só para a juventude; porque na nossa humilde opinião entendemos que se deve ter toda a sollicitude na educação da mocidade; porque é na mocidade que se preparão os cidadãos; enfim é nessa pleiade brilhante, que na manhã da vida, se deve dar todos os dados precisos, para que, ao depois, tenhamos entes uteis á sociedade. Mas no nossos pais assim não acontece, só á um limitado grupo de filhos da fortuna é licito tudo (...) Dizem muitos: os meios mais eficazes para reprimir o crime são: a justiça severa e a força; nós pensamos que popularizando também o mais que for possível a educação necessária chegaremos ao fim desejado.” (PERIÓDICO DA JUVENTUDE: JORNAL LITTERARIO E RECREATIVO, 1861, p. 1)

Podemos considerar, portanto, os jornais escritos para e pelos jovens e/ou endereçados aos jovens como uma rica fonte que, mesmo que indiretamente, dá acesso à escrita desses sujeitos, e a aspectos da autorrepresentação por meio da escrita pública. Com a devida crítica, é exatamente esse caráter público que condiciona a escrita à tutela dos adultos, dos quais os jovens dependem, seja econômica, seja politicamente. Assim, num cenário amplo das relações sociais, como recurso retórico, os jovens se apropriam das expectativas sociais sobre si e sobre o seu papel, de ainda não possuírem um lugar consolidado na ordem social, sendo portanto obscuros, cuja escrita ainda é rude. Sugerimos, ainda, que os jovens redatores acabavam por incorporar algumas noções e representações que os caracterizavam como grupo social naquele período, tais como a incompletude, a transitoriedade e a impulsividade, conseguindo, assim, se inserir no mundo da imprensa periódica em crescimento na segunda metade do século XIX.

Considerações finais

Procuramos apresentar neste capítulo a fertilidade teórica e metodológica da qual dispomos para produzirmos histórias de educação dos e das jovens, cuidando da devida problematização da juventude como categoria de análise. O controverso debate que envolve os determinantes e limites da natureza *versus* cultura começou a ser revisto e complexificado há quase um século, trazendo para o campo acadêmico perguntas de cunho sociológico e antropológico, convidando a uma reflexão interdisciplinar.

A crítica a uma história dos jovens que coincide com a história do estudante secundarista ou, da escola secundária, merece atenção, em especial (e não somente) quando concentramos as pesquisas em períodos históricos em que a escola ou as instituições formais de ensino não constituíam instâncias privilegiadas de educação e formação. Essa tendência, que pode ser justificada pela abundância de fontes de natureza institucional e a escassez de fontes que portam testemunhos mais diretos dos jovens pode ser contornada com a utilização de fontes de outra natureza, aparentemente marginais, mas que contribuem com pontos de vista diversos.

Ao fazermos o breve exercício metodológico de crítica e cruzamento de fontes, como os dicionários, leis e jornais, fontes tradicionalmente utilizadas nos estudos em História da Educação, procuramos desnaturalizar seu uso buscando extrair delas informações indiretas e complementares que nos permitam discutir sobre a educação dos jovens. Sobretudo, acreditamos ser importante dar voz aos jovens, encontrar seus traços e deixar emergir esses sujeitos que, ao longo da história, certamente tiveram muito a dizer, ainda que sob a tutela dos adultos.

“ (...) sedentos de gloria, e entusiasmados pelo fogo juvenil, lançamo-nos ousados no vasto oceano da litteratura, sujeitos ao perigo que surge em taes empreensões, mas esperançosos de proseguir-mos nessa missão, confiados na benevola coadjuvação de nossos illustres assignantes.

(...) Outros menos animosos que nós, teriam succumbido ao peso de revezes; mas era dar máo exemplo, cahir a mocidade exhausta, quando, cheia de vigor, deve affrontar os perigos.” (A MOCIDADE, 1862, p.1).

Fontes

- Archivo das Famílias*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Dias de Oliveira, 1881-1882.
- BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. (1866). Rio Janeiro: Typographia Nacional, 1866.
- BRASIL. *Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1831. Primeira parte*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular e das Sciencias Accessorias para Uso das Famílias*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz. v. 2. 1890.
- Echo da Juventude*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de José Soares de Pinho, 1861.
- (A) *Folha Juvenil*, Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de D. L. Dos Santos, 1853.
- FONSECA, José da. ROQUETE, José I. (1860). *Diccionario da lingua portugueza e diccionario de synonymos seguido de diccionario poetico e de epithetos*. Paris: AILLAUD & C^{ia}. Lisboa: AILLAUD & C^{ia}. Rio de Janeiro: FRANCISCO ALVES & C^{ia}. S. Paulo: FRANCISCO ALVES & C^{ia}. Bello Horizonte: FRANCISCO ALVES & C^{ia}. 1860.
- FREITAS, Augusto Teixeira de. *Consolidação das leis civis*, v. 1. Ed. Fac. sim. - Brasília: Senado Federal, Conselho; Editorial, 2003.
- GOMES, Moacyr F. de A. *O Livro da Juventude com o Manual de Instrução pré-militar*. Rio de Janeiro: Zélio valverde, 1944.
- Hemerodromo da juventude: periodico litterario e recreativo*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Compa, 1861.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> (acesso em: 20 fev. 2019).
- Lucubrações Juvenis – Semanario Litterario*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, 1850.
- (O) *Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei: Typographia do Astro, 1829-1832.
- (A) *Mocidade: Periódico litterario*. Rio de Janeiro: Typ. Popular, 1862.
- MORAIS, Antônio Silva de. *Diccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes*

Silva natural do Rio de Janeiro. v. 1 e 2. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

Murmurios Juvenis – Jornal científico e litterario publicado pela associação amor á sciencia estabelecida no Collegio Brasileiro. São Paulo: Typ. Litteraria, 1859.

PENA, Luís Carlos Martins. *O Juiz de Paz na roça*.1837. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2115 (Acesso em: 20 fev.2019)

Periódico da Juventude. Jornal litterario e recreativo – Propriedade da Sociedade – Gremio Litterario Fluminense. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1861.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

Referências Bibliográficas

ARIËS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: Alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII – fim do séc. XIX). In LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens. A época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 137-194.

COSTA, Wilma P. História e direito - em busca dos continentes submersos: comentário ao texto de Annick Lampèriere. In: *Almanack*, n. 15, 2017. p. 44-58. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320171502>

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 5/6, n. 24, p. 40-52, 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira*. v. 1- Colônia, v. 2- Império, v. 3- República. São Paulo: LeYa, 2016.

DEL PRIORE, Mary. Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX. In: DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, Marcia (org.) *História dos homens no Brasil*. São Palo: Editora UNESP, 2013. Pp. 153-185.

- PRIORE, Mary del; AMANTINO, Márcia (org.) *História dos homens no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2013.
- DEMOS, John; DEMOS, Virginia. Adolescence in Historical Perspective. *Journal of Marriage and Family*, v, 31, n. 4 (Nov. 1969), p. 632-638).
- FONSECA, T. N. L. E. Writings and representations of education in Portuguese America. *SISYPHUS Journal of Education*, v. 4, p. 98-119, 2016.
- GARCIA, Dantielli A.. Dois dicionários no Brasil do século XIX: uma língua brasileira ou uma mesma língua portuguesa? *Fragmentum*, n. 26, 2010. p. 13-28.
- GARELLI, Franco; OFFI, Marcello. *Giovani. Uma vecchia storia?*. Torino: Società Editrice Internazionale, 1997.
- GOUVÊA, Maria Cristina S. de. Fontes para a escrita da história da juventude feminina: diálogos entre diários de Helena Morley e Bernardina Constant. *Pro-Posições* (Unicamp), 2019. (aceito para publicação).
- JINZENJI, Mônica Y.; GALVÃO, Ana Maria de O.; MELO, Juliana F. de. Apresentação. In: JINZENJI, Mônica Y.; GALVÃO, Ana Maria de O.; MELO, Juliana F. de. (org.). *Culturas orais, culturas do escrito: intersecções*. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 15-31.
- JINZENJI, Mônica Y. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- HALL, G. Stanley. Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion, and education (v. I & II). New York: D. Appleton & Co., 1904.
- LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. História dos jovens. Da antiguidade à era moderna. v. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. História dos jovens. A Época Contemporânea. v. II. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, Luís F. S. Civil, civilidade, civilizar, civilização: usos, significados e tensões nos dicionários de língua portuguesa (1562-1831). In: Almanack, n. 03, p. 66-81, 2012, p. 66-81. DOI: 10.1590/2236-463320120306
- LOBO, Judá L. Estudo sobre “O oráculo de delfos: o conselho de estado no Brasil-Império”, de José Reinaldo de Lima Lopes. In: Direito & Práxis. v. 9, n. 3, 2018. p. 1363-1400. DOI: 10.1590/2179-8966/2017/27383

LOPES, Eliane M.T.. Não te esqueças da tua Constancinha. In: JINZENJI, Mônica Y.; GALVÃO, Ana Maria de O.; MELO, Juliana F. de. (org.). Culturas orais, culturas do escrito: intersecções. 1ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 211-224.

LUZZATTO, Sérgio. Jovens rebeldes e revolucionários: 1789-1917. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. História dos Jovens. A época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 195-258.

MANKE, Lisiane S.; GALVÃO, Ana Maria de O.. A formação leitora em manuais escolares: o caso de um leitor não escolarizado (século XX). Revista Brasileira de História da Educação, v. 18, p. 1-25, 2018.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: MANNHEIM, K. Sociologia do conhecimento, v. II, Porto: RES-Editora, s.d., p. 115-176. [1928]

MEAD, Margareth. Adolescência y cultura em Samoa. Buenos Aires, Editora Abril, 1945.

MELO, Victor Andrade de. Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX). In: DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, Marcia (org.) História dos homens no Brasil. São Palo: Editora UNESP, 2013. p. 119-153.

MITTERAUER, Michael. Giovani in Europa dal Medioevo a oggi. (1986) Bari: Laterza & Figli, 1991.

NAZZARI, Muriel. O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PERALVA, Angelina Teixeira; SPOSITO, Marília Pontes, (org.). Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, nº 5 e 6, mai./dez. (número especial), 1997.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação, nº 5 e 6, mai./dez., 1997, p. 15-24.

PERROT, Michelle; MARTIN-FUGIER, Anne. Os atores. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (direção) História da Vida Privada; Da Revolução Francesa à Primeira Guerra (organização Michelle Perrot), v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p 89-304.

PINTO, Helder de M. Entre a casa e a rua. Uma história da mocidade de Diamantina-MG no final do século XIX. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG (Tese de doutorado), 2015.

SAVAGE, Jon. *A criação da Juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SORCINELLI, Paolo; VARNI, A. (org.). *Il secolo dei Giovani. Le nuove generazioni e la storia del novecento*. Roma: Donzelli, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes e TARÁBOLA, Felipe de Souza. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 22, n. 71, 2017. DOI:10.1590/S1413-24782017227146

SPÓSITO, Marília Pontes (org.). *Estado do Conhecimento. Juventude e Escolarização*. São Paulo: 2000.

VIGARELLO, Georges; OURTINE, Jean-Jacques; COURBIN, Alain. (org.). *A história da virilidade. 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes. 2. O triunfo da virilidade. O século XIX. 3. A virilidade em crise? Séculos XX e XXI*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Mantins Fontes, 1989.

WELLER, Wilma. *Minha voz é tudo o que eu tenho: manifestações juvenis em Berlim e São Paulo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ZICA, Matheus da C. e. *Masculinidades possíveis: representações de gênero em disputa no século XIX brasileiro*. 1ª ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015.